

PREFÁCIO

Seguindo as metas de expansão científica adotadas pelos mais prestigiados periódicos nacionais e internacionais, procedeu o Conselho Científico da Revista ESMAT a substanciais transformações, voltadas ao aumento do fator de impacto do periódico. Nessa ordem, mantidos os princípios da ciência aberta, a internacionalização do corpo editorial, o rigoroso processo de avaliação dos artigos por meio do *double blind peer review*, a tradução dos trabalhos para a língua inglesa, os indicadores digitais para todos os artigos (DOI) (fatores já consagrados pelo periódico), promoveu-se significativa expansão dos critérios de indexação em novas bases de periódicos nacionais e internacionais, tendo-se também adotado o modelo de fluxo contínuo de publicação.

Assim, a Revista ESMAT encontra-se atualmente indexada nas seguintes bases de dados: [BASE](#), [Dimensions](#), [eLibrary.ru](#), [EuroPub](#), [Eurasian Scientific Journal Index \(ESJI\)](#), [Google Acadêmico](#), [International Scientific Indexing \(ISI\)](#), [Latindex 2.0](#), [MIAR](#), [OpenAlex](#), [OpenAIRE Explore](#), [Portal de Periódicos CAPES](#), [Scilit](#), [Sumários.org](#), [REDIB](#) e [ICS](#).

A Revista também se encontra presente em diretórios e catálogos bibliográficos nacionais e internacionais, como: [AureHAL](#), [Biblioteca Electrónica de Ciencia y Tecnología \(Argentina\)](#), [Princeton University Library](#), [Diadorim](#), [ROAD – Directory of Open Access Scholarly Resources](#), [DTU Findit](#), [FUNADESP](#), [Harvard Library – HOLLIS](#), [K10plus](#), [LatinREV](#), [Biblioteca do Instituto de Biotecnologia – UNAM](#), [Kabale University Library](#), [LivRe \(CNEN\)](#), [MIGUILIM](#), [Portal ISSN](#), [Rede Virtual de Bibliotecas \(RVBI\)](#), [ResearchBib](#), [RootIndexing](#), [SciJoin](#), [ScienceGate](#), [Sudoc](#), [Wikidata](#), [WorldCat \(OCLC\)](#) e [ZDB Catalogue](#).

A mesma posição é verificada na presença da Revista em infraestruturas e plataformas de descoberta científica, como o [CORE – Connecting Repositories](#), [LA Referencia](#), [ResearcherLife](#), [SciSpace](#), [Scite](#), [SJIFactor](#), [Semantic Scholar](#), [Zenodo](#), [Ingenta Connect](#), [List of Journals](#), [ivySCI](#) e [Journal Searches](#).

Seguindo as metas de internacionalização do periódico, alcança a Revista a significativa marca de trabalhos publicados de **26 países**, sendo eles: Angola, Argentina, Bolívia, Brasil, Cabo Verde, Canadá, China, Colômbia, Cuba, Equador, Espanha, Estados Unidos, França, Hungria, Indonésia, Inglaterra, Japão, Marrocos, México, Moçambique, País de Gales, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal e Rússia.

A presente edição abrange **19 artigos**, sendo **12 nacionais** e **7 internacionais**.

Glacialva Andrade, Douglas Verbicaro e Andrea Ventura analisam a relação entre o sistema internacional de direitos humanos e a proteção dos povos indígenas, focando na realidade brasileira, apontando que a matriz eurocêntrica e o universalismo abstrato do sistema reproduzem estruturas coloniais, inviabilizando cosmovisões ancestrais e priorizando a soberania dos Estados e interesses do agronegócio. Diante dessas limitações, entidades como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) atuam como atores políticos globais para denunciar violações, como a tese do marco temporal, defendendo seus territórios. Defendem os autores uma reformulação estrutural do sistema internacional por meio da descolonização epistemológica, da participação direta indígena e da construção de um universalismo pluralista fundamentado na justiça histórica.

Anderson Filipini, Tarcilla Alarcon e Natalia Alfaya investigam o impacto da "Pangeia Digital" - metáfora para a interconectividade global na internet - sobre paradigmas jurídicos como soberania, jurisdição e povo, defendendo que a concentração de poder em corporações transnacionais institui um modelo tecno-feudal, no qual regulação algorítmica e vigilância em massa corroem a normatividade estatal. Para os autores, diante da ineficácia das legislações nacionais para conter esses feudos digitais opacos, destaca-se a urgência de superar o constitucionalismo tradicional, apontando, ainda, a reestruturação dos instrumentos normativos por meio da cooperação transnacional e da consolidação de um Estado de Direito Global para garantir os direitos fundamentais.

Renata Strassburger e Paulo Tavares investigam a ordem econômica constitucional brasileira, abordando a transição do Estado Liberal para o Estado Social sob a ótica do capitalismo humanista. Apontam que o livre mercado e o direito de propriedade devem ser harmonizados com a justiça distributiva e a fraternidade, superando a lógica meramente patrimonial. Diante das desigualdades geradas pelo capitalismo desregrado, o texto sustenta a necessidade de submeter a atividade empresarial e as relações transnacionais da *lex mercatoria* à função social e à dignidade da pessoa humana, devendo o capitalismo humanista servir como vetor hermenêutico e síntese metodológica para transformar a livre-iniciativa em instrumento efetivo de promoção dos direitos fundamentais.

Cleide Calgaro, Morgana Zeferino e Maurício Filó investigam os impactos da hiperconexão e da persuasão algorítmica sobre a integridade mental e a autonomia psíquica do indivíduo, com enfoque nos marcos regulatórios de neurodireitos e proteção de dados no Brasil e no exterior como respostas jurídicas à vigilância e manipulação cognitiva. Contudo, sustentam que o arcabouço normativo é insuficiente sem a defesa interna do sujeito, propondo a Ciência Logosófica como instrumento para o desenvolvimento de defesas mentais, autoconhecimento e fortalecimento da autodeterminação frente às interferências das tecnologias digitais.

Artur Lopes, Bruno Oliveira e João Paulo Cordeiro examinam a transição do modelo burocrático tradicional para a gestão de pessoas por competências na Administração Pública brasileira, destacando a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (Decreto nº 5.707/2006) como marco da valorização de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) no setor público. O estudo aborda o planejamento estratégico e o mapeamento de competências para otimizar o desempenho organizacional, superando barreiras culturais e desafios de seleção de modo a impulsionar a modernização do Estado e melhoria dos serviços prestados.

Antonia Lima, Jeferson Rodrigues e Ítalo Marques apresentam estudo qualitativo exploratório da percepção de policiais militares sobre os impactos das facções criminosas na segurança pública do Estado da Paraíba. Por meio de entrevistas semiestruturadas com três policiais, identificou-se a coexistência de grupos locais e nacionais disputando territórios, controle do tráfico de drogas e alianças estratégicas, constatando-se que o sistema prisional desempenha papel central na consolidação e expansão do crime organizado. Concluem os autores que o enfrentamento desse cenário exige ações integradas de inteligência, investigação e aprimoramento da gestão penitenciária.

Polyanna Amaral, Noélio Marques e Lucas França analisam o tirocínio policial na caracterização da fundada suspeita para buscas pessoais sem mandado (Art. 244 do CPP), confrontando a jurisprudência recente do STJ com arcabouços das ciências cognitivas e da sociologia. Fundamentado no conhecimento tácito (Polanyi), no reconhecimento de padrões em cenários de risco (Klein) e no habitus profissional (Bourdieu), o artigo sustenta que a expertise policial decorre do acúmulo de experiências e da leitura de território, não se reduzindo a mera intuição subjetiva. Concluem os autores que a exigência jurisprudencial de objetividade extrema desconsidera o funcionamento da cognição em emergências, propondo

uma tradução processual que valide a experiência prática do agente sem comprometer as garantias fundamentais.

Ervin Hanke Neto, Matheus Dezende e Carlos Cunha investigam de que forma a inteligência artificial transformou a fiscalização do IRPF ao viabilizar cruzamentos massivos de dados, triagem automatizada e modelos preditivos de risco. O artigo analisa os impactos jurídico-econômicos dessa automação na atuação da Receita Federal, na arrecadação e no comportamento dos contribuintes, sob uma abordagem qualitativa que integra doutrina tributária, análise normativa e economia da conformidade. Para os autores, o ganho de eficiência arrecadatória promovido pelos algoritmos só se sustenta legitimamente quando subordinado às garantias fundamentais do contribuinte, exigindo transparência, legalidade, motivação administrativa e governança de dados.

Carolina Dumet, Andreza Santana e Jessica Hind analisam a postura do Conselho Federal de Medicina (CFM) e de Conselhos Regionais (CRMs) diante da expressão "violência obstétrica", à luz da bioética e dos direitos humanos. Com base em pesquisa documental realizada em 2025, o estudo aponta que o CFM passou a rejeitar o termo a partir de 2019, sob a justificativa de que a expressão estigmatiza a prática médica e prejudica a relação com as pacientes. Essa conduta foi reiterada por conselhos regionais, refletindo a predominância de discursos negacionistas que buscam resguardar a categoria profissional. Para as autoras, essa resistência corporativa invisibiliza abusos no parto e dificulta a consolidação de políticas públicas para a proteção dos direitos reprodutivos das mulheres.

Cinthya Amaral, Humberto Machado e João Felipe Fleury investigam a representação social do direito à imagem post mortem diante do avanço da inteligência artificial generativa, que permite a recriação digital de pessoas falecidas. A pesquisa qualitativa examinou os relatos de 20 participantes via software IRaMuTeQ, revelando lacunas regulatórias na legislação brasileira frente ao uso dessa tecnologia. Os resultados apontam três dimensões centrais: a ético-moral, pautada pelo respeito e pela dignidade do falecido; a relacional-afetiva, que posiciona a família como guardiã legítima da memória; e a normativo-jurídica, focada no consentimento e nos limites legais. Concluem os autores que a inteligência artificial é percebida de forma ambivalente, oscilando entre inovação promissora e risco à memória, demandando regulação e controle social efetivos.

Tatiana Suplicy examina a proteção integral da criança e do adolescente no ambiente digital como concretização do princípio da prioridade absoluta e imperativo de saúde coletiva. A autora reporta que o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital — Lei nº 15.211/2025) regulamenta a proteção de menores em ambientes digitais brasileiros para conter os impactos do uso excessivo de redes sociais na saúde mental infantojuvenil. Integrado à Constituição, LGPD e Marco Civil, o texto aponta a exigência de que plataformas apliquem segurança por design, vedando mecanismos manipulativos, impondo verificação de idade e prevendo responsabilização civil solidária por danos.

Jorge dos Santos, Carlos Stilianidi e Durbens Nascimento investigam a fundamentação jurídica para a integração da defesa cibernética às atividades preventivas e de inteligência das polícias militares brasileiras. A pesquisa demonstra que o ordenamento nacional respalda a atuação corporativa na prevenção de crimes cibernéticos, proteção de ativos institucionais e infraestruturas críticas, além da tutela de grupos vulneráveis. Apontam os autores que essa integração é compatível com o papel constitucional das corporações para manter a ordem pública e defender direitos fundamentais, exigindo, contudo, o aperfeiçoamento institucional e a capacitação contínua do efetivo diante das crescentes ameaças digitais.

Sendo presença constante da Revista Esmat a publicação de trabalhos internacionais, apresenta a presente edição relevante artigo científico da Colômbia.

Emilia Carrillo, Jhon Coronel, Virginia Echavez e Fernando López analisam a evolução do intento de suicídio no país entre 2016 e 2025, a partir dos dados do SIVIGILA, DANE e SISPRO. Os resultados indicam um crescimento superior a 130% na taxa de tentativas, atingindo o pico em 2023 com 78,3 casos por 100 mil habitantes, sendo o fenômeno concentrado em mulheres (63-65% dos intentos) e jovens de 15 a 29 anos (mais de 60%). Em contrapartida, os homens respondem por 78% dos suicídios consumados. A análise multivariada identificou cinco perfis de risco e constatou que a combinação de plano organizado, depressão sem tratamento e tentativa prévia multiplica exponencialmente o risco. O estudo dos autores conclui que as políticas públicas colombianas não devem ser universalistas, exigindo abordagens territorializadas e altamente diferenciadas por perfil.

A Revista ESMAT, avançando a passos largos rumo ao incremento da internacionalização de seu periódico, tem a honra de apresentar na presente edição **Dossiê**

Temático em cooperação com a Western State University, dos Estados Unidos. Compõem o dossiê artigos produzidos por candidatos do programa de Doutorado em Administração de Empresas (DBA) da prestigiada universidade da Califórnia, tendo sido igualmente avaliados e selecionados pela Revista ESMAT pelo sistema de *double blind peer review*.

Os trabalhos abaixo relacionados abrangem o enfoque interdisciplinar da Revista ESMAT, envolvendo temas como inteligência artificial, marketing, governança financeira, tecnologia blockchain, detecção de fraudes, gestão de recursos humanos, comportamento do consumidor, liderança, ensino superior, letramento financeiro e negócios internacionais.

Lovish Karaparambil analisa o papel dos aparelhos móveis no crescimento da receita de operadoras de telecomunicações em mercados emergentes, impulsionado pelo consumo de dados e serviços agregados (ARPU). Por meio de método misto, com 104 questionários e entrevistas com especialistas, identificou-se que opções de parcelamento (EMI), subsídios e ofertas de troca facilitam a aquisição de dispositivos e estimulam a migração para planos de maior valor. Contudo, esses mecanismos introduzem custos operacionais, riscos financeiros e inadimplência. Conclui o autor que os dispositivos atuam simultaneamente como motores de expansão de receita e fontes de complexidade financeira, exigindo equilíbrio das operadoras.

Austin Salin investiga a convivência entre quatro gerações em um grande projeto de infraestrutura marítima, analisando a tensão entre a experiência prática tradicional e a transformação digital. Por meio de 15 entrevistas qualitativas fundamentadas no construtivismo social e na teoria da identidade social, identificou-se uma relação de dependência mútua, na qual os profissionais mais jovens aportam fluência em tecnologia e os mais experientes compartilham o conhecimento tácito focado em segurança. A liderança adaptativa emergiu como elemento indispensável para mediar esse conflito e promover a coesão das equipes. Nesse cenário, o trabalho propõe uma abordagem humanocêntrica centrada em mentorias recíprocas e benefícios flexíveis para converter o atrito geracional em cooperação estratégica.

Nupur Chakraborty examina o impacto da machine learning e da inteligência artificial na modernização da análise de marketing e na modelagem preditiva do comportamento do consumidor. Por meio da interpretação de dados estruturados e não estruturados, a IA permite antecipar decisões de compra, aprimorar a personalização de preferências e otimizar a experiência do usuário. O estudo enfatiza a importância do equilíbrio

entre a precisão analítica, a conformidade de dados, a automação da segurança da informação e a transparência ética, concluindo que a IA fortalece a eficácia mercadológica ao evoluir de análises descritivas para modelos preditivos e prescritivos.

Arina Zenab analisa a adoção do marketing digital orientado por dados para otimizar o recrutamento de estudantes e a alocação de recursos. Utilizando uma metodologia de métodos mistos que combina métricas quantitativas (como taxas de conversão e custo por aquisição) e análises qualitativas institucionais, o estudo avalia a efetividade e o retorno sobre o investimento (ROI) dessas campanhas. Os resultados indicam que a análise contínua de dados melhora o desempenho e reduz custos, embora a mensuração precisa do ROI ainda enfrente obstáculos devido à fragmentação de sistemas e à falta de capacitação analítica. A pesquisa reforça a relevância estratégica dos dados para aprimorar a tomada de decisão e a sustentabilidade das instituições.

Mustafa Mehrin investiga o impacto das práticas de governança financeira na confiança dos doadores e na sustentabilidade de instituições educacionais sem fins lucrativos. A partir de dados coletados via questionário com 22 respondentes, constatou-se que a transparência na prestação de contas, a comunicação clara e a evidência de resultados positivos aumentam a disposição para realizar doações recorrentes. Embora despesas operacionais e salariais exijam justificativas transparentes, os doadores priorizam o impacto direto e o engajamento com os beneficiários em vez do reconhecimento simbólico. Conclui-se que mecanismos sólidos de governança fortalecem a credibilidade e garantem a estabilidade financeira das organizações no longo prazo.

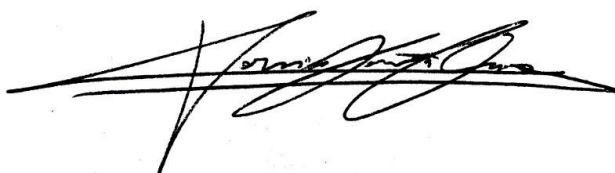
Stephen Salve examina a aplicação da inteligência artificial na detecção e prevenção de fraudes, utilizando um conjunto de dados reais e comparando os modelos Random Forest, XGBoost e Redes Neurais. O modelo XGBoost destacou-se com elevado desempenho, alcançando precisão de 0,92, recall de 0,88 e F1-score de 0,90. Conclui o autor que soluções baseadas em aprendizado de máquina oferecem mecanismos adaptativos e proativos, fortalecendo a segurança dos pagamentos digitais e a capacidade de resposta das instituições financeiras.

Na oportunidade, agradecemos penhoradamente a colaboração acadêmica do prestigiado Prof. Dr. Divyaditya Kothari, Diretor Acadêmico da Western State University, na produção conjunta do presente dossiê, o que representa cooperação acadêmica internacional

de imensa relevância para a ciência brasileira, aproximando o Brasil e os Estados Unidos na publicação de temas relevantes nas áreas do Direito, negócios, finanças e ensino superior.

Com imensa alegria e satisfação, parabenizamos a todos os autores nacionais e estrangeiros pelos excelentes trabalhos produzidos em português e inglês, convidando a comunidade acadêmica tocantinense e brasileira à leitura dos 20 primorosos trabalhos que compõem a presente edição, criteriosamente selecionados dentre as melhores contribuições do Brasil e dos Estados Unidos no campo do Direito e das Ciências Sociais Aplicadas.

Palmas (TO), 15 de setembro de 2026.



Professor Doutor Tarsis Barreto Oliveira
Editor Científico da Revista ESMAT